

# Câmara Municipal de Umuarama

Lei Ordinária nº 3571/2010  
de 11/06/2010

## Ementa

Define as obrigações de pequeno valor, a que alude o § 3º do art. 100 da Constituição Federal.

Publicação em 12/06/2010 no Diário Oficial nro. 8900

 Alteração / Revogação

## Texto

Art. 1º. Os débitos de pequeno valor contra a Fazenda Pública Municipal, suas autarquias e fundações, resultantes de execuções definitivas dispensarão a expedição de precatório.

Art. 2º. Para os fins do disposto no artigo 1º, fica definido como valor máximo para pagamento da Obrigação de Pequeno Valor - OPV, o corresponde ao maior benefício pago pelo regime geral de previdência social.

Art. 3º. O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento do ofício requisitório da OPV, devendo ser demonstrado o trânsito em julgado da sentença e a liquidez da obrigação.

Art. 4º. Considera-se débito ou obrigação de pequeno valor o montante bruto apurado na conta de liquidação homologada, aqui incluídos todos os valores em execução, sendo admissível desmembrar o valor devido a cada beneficiário do crédito, em caso de litisconsórcio, para que seu pagamento se faça mediante requisição de OPV, quando o total homologado seja superior ao estipulado como débito de pequeno valor.

Parágrafo único. É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução ou ainda, a expedição de precatório complementar ou suplementar para que seu pagamento se faça em parte, na forma de OPV e, em parte, mediante expedição de precatório.

Art. 5º. Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no artigo 2º o pagamento será sempre por meio de precatório, sendo facultado ao credor renunciar expressamente ao crédito excedente e optar pelo pagamento do saldo, sem precatório, mediante requisição de pequeno valor, na forma prevista no § 3º, do artigo 100 da Constituição Federal.

Art. 6º. Para cumprimento do disposto na presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei n.º 3.061, de 09 de agosto de 2007.